

SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA ESCOLAR A PARTIR DOS DADOS DO SAEB 2021

Iasmin da Costa Marinho¹

Eloísa Maia Vidal²

Larissa Martins Dantas³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as impressões acerca de situações de violência e insegurança escolar, tendo como base os microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2021, dos diretores escolares de escolas públicas brasileiras. Ainda que os dados representem uma situação excepcional decorrente do contexto pandêmico, parte das inquietações assinaladas nos achados chama atenção às repercussões acerca da violência nas escolas observadas em estudos anteriores (Marinho, et. al., 2022) e estudos mais recentes em que se destacam aumento de ataques às escolas (Instituto de estudos avançados da Unicamp, 2023). Com base nos microdados, pode-se assinalar que 667 diretores destacam que o calendário escolar de 2021 foi interrompido durante vários dias por episódios de violência. Dentre os casos apontados, 69 ocorreram em escolas públicas de zona rural, e 598 em zona urbana. Quanto a divisão regional, 11% dos casos situam-se na região norte, 26% na região nordeste, 3% na região centro-oeste, 51% na região sudeste e 9% na região sul. Dentre os estados com maior número de casos, o Rio de Janeiro está em primeiro lugar, com 268 e na segunda posição, Bahia, com 99. Sobre a frequência de situações de violência apontadas, 117 diretores destacam que várias vezes ocorreram “tiroteio ou bala perdida”; 83 “depredação do patrimônio escolar (vandalismo)” e 73 “roubo ou furto”. Sobre as condições de segurança na entrada e saída das escolas públicas, 40% assinalam como inadequado e 15% como muito inadequado. A existência de contextos sociais desiguais e aspectos relacionados a demarcações territoriais e violência urbana adentram o ambiente escolar, gerando a necessidade de compreender o fenômeno da violência de forma interdimensional.

Palavras-chave: Violência Escolar, Insegurança Escolar, Saeb, Diretores.

INTRODUÇÃO

A violência nas escolas é um tema que tem ganhado destaque crescente nas pesquisas acadêmicas brasileiras nos últimos anos. Esse fenômeno pode ser entendido como decorrente da sociedade burguesa, por meio de ações de escravidão e colonização, fatores cruciais para a expansão e desenvolvimento do sistema capitalista (Nascimento, 2019). Esses elementos têm causado severos desdobramentos contemporâneos, atravessando os processos educativos, especialmente nas escolas. Ao se considerar a função social da escola como formadora de cidadãos e preparadora para o mercado de trabalho, a violência deve ser vista como uma ação alheia ao contexto escolar, uma vez que o objetivo primordial é o ensino e a aprendizagem.

Objetivou-se apresentar as impressões acerca de situações de violência e insegurança escolar dos diretores escolares de escolas públicas brasileiras apresentados nos dados contextuais do Saeb de 2021. Ainda que os dados representem uma situação

¹Doutora em Educação, professora da Universidade Estadual do Ceará, iasmin.costa@uece.br.

²Doutora em Educação, professora da Universidade Estadual do Ceará, eloisamvidal@yahoo.com.br.

³Mestre em Educação, professora da Secretaria Municipal de Educação de Maracanaú (CE), dantaslarissa2020@gmail.com.

excepcional decorrente do contexto pandêmico, parte das inquietações assinaladas nos achados chama atenção às repercussões acerca da violência nas escolas observadas em estudos anteriores (Marinho, et. al., 2022) e estudos mais recentes em que se destacam aumento de ataques às escolas (Vinha, et al., 2023).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo utiliza dados dos questionários contextuais do Saeb, aplicados aos diretores quando da realização das provas junto aos alunos. Os microdados desses questionários estão disponíveis no site do Inep desde 1995, mas as questões que compõem esses instrumentos vêm mudando ao longo do tempo. No caso do tema violência na escola, desde 2005 existem questões que abordam o assunto. No entanto, os formatos digitais do instrumento agora pulverizam as questões acerca do tema, que estão presentes de forma desordenada entre o seguimento da Questão 68 a 90.

Nesse intervalo são perguntadas questões acerca de existência de episódios de violência, a natureza e frequência desses episódios, bem como, a quantidade de dias em que as escolas ficaram paralisadas em decorrência deles. A análise das questões foi feita com uso de estatística descritiva, utilizando o *software Microsoft Excel*, com cálculos de porcentagens e construção de tabelas e de gráficos. Para efeitos de compreensão e interpretação do fenômeno observado, realizamos uma breve revisão de literatura (Creswell, 2021), demarcando as principais produções sobre o tema da violência na escola nos estudos e relatórios de pesquisas compreendendo o período dos anos 2000 a 2024.

A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

A discussão sobre a violência nas escolas se insere em um contexto mais amplo, onde essas instituições, sejam públicas ou privadas, atuam como microcosmos que refletem as características, valores e comportamentos das sociedades em que estão inseridas. A escola é um importante lócus de investigação, configurando-se como um retrato das relações interpessoais e do clima organizacional, fatores que podem influenciar ou ser influenciados pela violência no entorno (Roman, 2004; Bastos, 2018). Portanto, a escola serve como um espelho complexo das dinâmicas sociais exteriores, onde as condições externas se manifestam e são reconfiguradas pelas interações internas.

Pesquisas sugerem que a cultura escolar, essa estrutura complexa e multifacetada, é capaz de explicar tais variações entre escolas dentro do mesmo contexto de violência (Souza, 2011; Nascimento; Menezes, 2013; Silva, 2013). A cultura escolar envolve normas, valores e práticas que orientam o comportamento e as interações no

ambiente escolar, criando um ecossistema único em cada instituição, que pode tanto mitigar quanto agravar os episódios de violência.

Nos últimos anos, a relação entre violência e escola emergiu como uma pauta de discussão e objeto de pesquisa, não só pelo aumento dos eventos violentos nos ambientes escolares, mas também porque tais ações violentas impactam diretamente os resultados e as oportunidades de aprendizagem da comunidade escolar (Oliveira; Xavier, 2019). Essa relação é observada de diversas formas, desde a democratização do acesso à educação pelas camadas populares e as dificuldades inerentes a esse processo, até a presença de contextos de pobreza e violência nos arredores das escolas que acabam por adentrar seus muros e integrar sua dinâmica (Alves et al., 2015; Oliveira; Xavier, 2019). Dessa forma, a violência se infiltra no sistema educativo, não podendo ser banalizada como mero indício de indisciplina ou descumprimento de regras pelos alunos. Ela transcende as interações específicas, adquirindo uma ontologia própria que cria um ethos abrangente para todos.

Os primeiros estudos sobre violência escolar surgiram nos Estados Unidos na década de 1950, quando já se registravam conflitos de gangues e o uso de drogas nos ambientes escolares (Abramovay, 2003). No Brasil, o tema da violência nas escolas ganha relevância no contexto da democratização da sociedade brasileira nos anos 1980, principalmente vinculado ao processo de urbanização e crescimento das grandes cidades. Na educação, os estudos sobre violência escolar começam nesse mesmo período, tendo como pano de fundo a regulamentação do direito universal à educação no país, um movimento recente resultante de intensos debates e lutas pela democracia. A educação como direito subjetivo só se concretizou a partir da Constituição Federal de 1988 e da legislação infraconstitucional de 1996 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96. Ambas as legislações representam conquistas importantes, trazendo em seu escopo a concepção de que a escola deve contribuir para o pleno desenvolvimento do educando, sua formação cidadã e sua qualificação para o trabalho. No entanto, a presença desses princípios na legislação não é suficiente para que se efetivem; a garantia de uma educação de qualidade para todos permanece um desafio até os dias atuais.

A escola brasileira, majoritariamente pública, vem se consolidando em sua função social há poucas décadas, enfrentando descontinuidades de políticas públicas, restrições de financiamento, fragilidades na identidade, indefinições nos processos de gestão e todos os desafios de uma jovem democracia em um continente marcado pelas

injustiças e violências geradas pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado (Santos, 2018).

O Atlas da Violência de 2018 revela que o Brasil é um dos dez países mais violentos do mundo. Nos últimos anos, a violência, juntamente com a ausência de políticas de segurança mais eficazes, tornou-se uma pauta nacional, sendo utilizada como bandeira política em sucessivos processos eleitorais. Oliveira e Xavier (2019) argumentam que os avanços alcançados pela educação brasileira em termos de acesso não podem ser comparados com as políticas públicas de segurança, que não obtiveram o mesmo sucesso. É necessário um esforço político conjunto e contínuo do Poder Público e de demais agentes políticos para a implementação de uma política de segurança pública eficiente e a manutenção e garantia de políticas voltadas para a educação básica. Os números revelam que a ausência de uma segurança pública eficaz e a falta de uma educação pública de qualidade para todos têm contribuído para o aumento dos índices de violência e morte prematura entre os jovens brasileiros.

O estudo "Millennials na América e no Caribe: trabalhar ou estudar?" (Novella, 2018) mostra que 23% dos jovens brasileiros não trabalham nem estudam, sendo conhecidos como os "jovens nem-nem". Dentre esses, 28% são mulheres e 18% homens. A pesquisa também revela que 49% dos jovens se dedicam apenas ao estudo ou a cursos de capacitação profissional, 13% apenas trabalham e 15% trabalham e estudam. Muitos jovens estão em busca de emprego ou realizando trabalho doméstico, e o percentual dos inativos gira em torno de 10%. Essa situação revela um potencial importante para um país como o Brasil, que enfrenta crises econômicas cíclicas. A juventude necessita de mais oportunidades no mercado de trabalho e de políticas públicas mais eficazes para sua formação profissional e continuidade nos estudos. Nos últimos anos, o país negligenciou a criação de políticas públicas voltadas para a juventude, resultando em indicadores preocupantes, especialmente entre a população de 15 a 29 anos, a faixa etária que mais morre no país. O Atlas da Violência de 2019 revela uma "juventude perdida"; em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil, representando uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens, o maior índice dos últimos dez anos. Homicídios foram responsáveis por 51,8% das mortes de jovens de 15 a 19 anos, 49,4% das mortes de jovens de 20 a 24 anos e 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos, fazendo dos homicídios a principal causa de morte entre os jovens brasileiros em 2017 (Ipea; FBSP, 2019, p. 25).

O aumento dos homicídios juvenis no Brasil, acelerado desde a década de 1980, afeta principalmente jovens do sexo masculino envolvidos com ações ilícitas. O

crescimento das facções criminosas entre 2016 e 2017 e a ampla dominação territorial nas capitais e grandes cidades têm recrutado muitos jovens para a criminalidade. O Atlas da Violência de 2020 aponta que as regiões Norte e Nordeste são as mais afetadas pela expansão das facções. Um exemplo claro é o estado do Ceará, que tem aparecido frequentemente nas notícias nacionais devido ao aumento dos feminicídios de jovens entre 12 e 19 anos e ao "recrutamento" de jovens em idade escolar para o crime. "Decretos" de mídias sociais feitos por membros de facções criminosas aumentaram em 43% os homicídios de meninas adolescentes no estado. Além disso, a dinâmica territorial dos bairros periféricos da capital foi gravemente afetada, com destaque para as transferências de alunos devido a conflitos entre facções rivais (Ceará, 2019). Estudos indicam que os jovens brasileiros são os principais alvos dos traficantes de drogas, e a escola torna-se um ambiente de comercialização e aliciamento de estudantes para o crime (Ruotti et al., 2011; Andrade et al., 2012; Rosa; França; Frio, 2018).

O crescimento do número de homicídios juvenis ocorre simultaneamente à transição demográfica do país para um perfil mais envelhecido. Assim, a ausência do Estado na garantia de políticas públicas de incentivo aos jovens, como cultura, educação e esportes, compromete um futuro melhor econômica e socialmente (Ipea; FBSP, 2019). A ausência do Estado reforça a necropolítica (Mbembe, 2018) no Brasil, evidenciada pela precarização e invisibilidade de políticas públicas que atendam às necessidades sociais reais, refletindo-se em cortes por cor, raça e gênero nos indicadores sociais de violência. Essa violência é um elemento necessário à sociabilidade do capitalismo e à sua exploração, afetando mais intensamente os pobres e trabalhadores (Nascimento, 2019).

No contexto social da violência no Brasil e sua juventude, a escola ocupa uma posição estratégica nas discussões e decisões sobre o tema. Além de poder se tornar um ambiente propício à proliferação do crime entre jovens, a baixa atratividade escolar leva ao abandono e evasão. Estudos que analisaram os dados de distorção idade-série versus violência nas escolas identificam fatores que reduzem as oportunidades educativas para a camada mais pobre, negra, com pais ausentes e menor nível de formação. Essas crianças e jovens são os que mais faltam às atividades escolares devido à insegurança no trajeto até a escola ou à ausência de transporte adequado (Rosa; França; Frio, 2018). Estudos de caso em Minas Gerais destacaram que, em locais com maior distorção idade-série, a incidência de crimes violentos também foi maior (Ferreira; Teixeira, 2018).

As pesquisas revelam que territórios mais pobres e com altos índices de homicídios influenciam a dinâmica escolar, afetando inclusive os resultados de

aprendizagem dos alunos (Couto; Soares, 2018; Santos et al., 2018). Em um país como o Brasil, marcado por desigualdades econômicas e sociais, não é difícil associar a gênese da violência às situações de desigualdade, que são agravadas pelas políticas neoliberais de desregulamentação e precarização das condições de trabalho, seguridade e assistência. A iminente relação entre desigualdade social e violência serve como pano de fundo para as experiências vividas tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Esse fenômeno atinge toda a sociedade, mas é mais evidente nas escolas públicas que atendem estudantes de classes sociais menos favorecidas e estão localizadas em bairros periféricos, onde a ausência de serviços e equipamentos públicos resulta na negação de direitos sociais básicos. Essas escolas enfrentam dificuldades estruturais e de recursos para se manterem operacionais, estando em territórios vulneráveis e carentes de serviços essenciais, como saneamento básico e esgoto.

Estudos mostram que, em bairros onde a população tem maior renda, a incidência de violência é menor (Schabbach, 2017), o que se reflete no ambiente escolar. Esse resultado é um reflexo de um processo histórico e colonizador que segmentou a população, relegando uma parte dela à privação de direitos e fomentando uma cultura da violência (Sposito, 1998). No estudo "A instituição escolar e a violência", Sposito (1998) afirma que observar a violência no contexto escolar se tornou uma tarefa complexa ao longo do tempo, pois professores, funcionários e outros atores envolvidos no processo de escolarização podem atribuir significados distintos à violência na instituição escolar. Condutas violentas podem ser vistas como indisciplina ou como quebra das regras impostas pela escola, mas parte dessas ações pode resultar em violência física ou violação do patrimônio público, como depredações e furtos de materiais escolares.

A produção acadêmica sobre o tema tem crescido (Sposito, 2001; Nogueira, 2003; Zechi, 2008), mas há uma escassez de estudos que aprofundem a temática no âmbito das políticas públicas. Quase sempre, os trabalhos apresentam experiências vividas em programas ou projetos de forma fragmentada (Pröglhöf, 2015). Pode-se inferir que, apesar do aumento nos estudos, também crescem as ações localizadas e pouco incisivas na resolução dos problemas de violência nas escolas. É evidente a falta de articulação entre a política educacional e as políticas de segurança pública, bem como o desinteresse em enfrentar o problema de maneira abrangente. Parte da complexidade em definir as relações entre violência e escola está associada à própria definição do papel da instituição escolar e das pessoas que a compõem.

Os cenários de disputa política atual mostram que não há consenso sobre a função social da escola pública, que se torna um campo de luta e resistência em meio ao descaso e abandono do Poder Público. Os reflexos sociais se integram à escola, modificando-a e interferindo em sua função de garantir direitos de aprendizagem aos alunos. Não se pode, no entanto, afirmar que determinados contextos sociais serão sempre violentos. Não há uma linearidade "entre o quadro social que favorece o seu aparecimento e as práticas de violência na instituição escolar" (Sposito, 1998, p. 61). Para tanto, é necessário definir o que é violência. Segundo Villanueva et al. (1998), a violência é um tipo de relação social que, para ser mantida ou alterada, precisa de uma ameaça latente ou explícita. Atos agressivos ferem a integridade física, social, simbólica, psicológica e patrimonial do outro, e a violência, portanto, não se limita ao plano físico, abrangendo também questões simbólicas e psicológicas, como preconceitos, ameaças, intimidações e imposição de poder.

Embora a natureza e as dimensões reais do fenômeno da violência ainda não estejam suficientemente esclarecidas, já se compreende alguns de seus impactos na vida e nas práticas sociais das pessoas, e como a disposição para atos violentos e o risco de vitimização estão ligados aos contextos social, cultural e econômico. Também é claro que a educação é o caminho principal para prevenção e combate à violência. Paradoxalmente, essa violência está cada vez mais presente nas instituições escolares, onde assume várias formas.

A relação entre vulnerabilidade e violência no contexto escolar é evidente nos estudos apresentados. Parte da violência na escola deriva das demandas sociais que interferem na instituição e na concorrência entre escolas, afetando diretamente a garantia do direito à educação (Oliveira et al., 2013). A escola pública é fruto de um processo histórico e político ainda em construção; historicamente, nem sempre foi um espaço para as camadas populares. Com a democratização, a escola assume a missão de ser um espaço tolerante e respeitador das diferenças, o que não se configura como realidade, mesmo com mudanças legais.

Santos (2018) argumenta que a constituição do continente latino-americano, marcada pelo caráter impositivo e violento do colonialismo, está profundamente arraigada no tecido social, perpetuando a aceitação naturalizada da desigualdade, negação de direitos e discriminação. Professores não são preparados para atuar em contextos de violência, o que afeta o exercício profissional e as relações no ambiente escolar, muitas vezes violentando tanto professores quanto alunos. Na sessão seguinte, iremos discorrer

sobre as análises dos estudos e dados mais recentes sobre a violência nas escolas brasileiras, com base nos dados dos questionários do Saeb (2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada por Bacchetto (2024), baseada no Questionário do Diretor abrangeu 74.539 questionários, dos quais 68.332 foram preenchidos. O bloco específico sobre a ocorrência de violência incluiu itens de 76 a 88, sendo descartados os questionários incompletos ou não respondidos. A maioria dos diretores indicou que episódios de violência “nunca” ocorreram durante o ano letivo, o que é positivo. Entretanto, eventos como bullying, roubo ou furto, discriminação e depredação do patrimônio escolar foram mais frequentemente relatados, embora sem risco aparente à vida dos envolvidos. Ocorrências mais graves, como atentado à vida, tiroteios e porte de arma, foram menos frequentes.

Os dados destacam que muitas vezes, incidentes menores podem escalar para situações mais graves, especialmente em casos de bullying. As respostas mostram a complexidade e a gravidade da violência nas escolas, sublinhando a necessidade de intervenções efetivas para garantir um ambiente seguro para todos.

Com base nos microdados, pode-se assinalar que 667 diretores destacam que o calendário escolar de 2021 foi interrompido durante vários dias por episódios de violência. Dentre os casos apontados, 69 ocorreram em escolas públicas de zona rural, e 598 em zona urbana. Quanto a divisão regional, 11% dos casos situam-se na região norte, 26% na região nordeste, 3% na região centro-oeste, 51% na região sudeste e 9% na região sul. Dentre os estados com maior número de casos, o Rio de Janeiro está em primeiro lugar, com 268 e na segunda posição, Bahia, com 99.

Sobre a frequência de situações de violência apontadas, 117 diretores destacam que várias vezes ocorreram “tiroteio ou bala perdida”; 83 “depredação do patrimônio escolar (vandalismo)” e 73 “roubo ou furto”. Sobre as condições de segurança na entrada e saída das escolas públicas, 40% assinalam como inadequado e 15% como muito inadequado. A existência de contextos sociais desiguais e aspectos relacionados a demarcações territoriais e violência urbana adentram o ambiente escolar, gerando a necessidade de compreender o fenômeno da violência de forma interdimensional.

Nos anos de 2021, 2022 e 2023, o Atlas da Violência revelou dados alarmantes sobre a violência no Brasil, destacando-se especialmente os impactos sobre a juventude e as regiões mais afetadas. Abordam extensivamente a presença das facções criminosas

no Brasil, destacando a influência dessas organizações na violência urbana e nos homicídios.

Em 2021, o Brasil registrou 61.819 homicídios, com uma taxa de 29,1 mortes por 100 mil habitantes. A faixa etária de 15 a 24 anos foi a mais afetada, representando 21% dos homicídios. As regiões Norte e Nordeste continuaram a apresentar as maiores taxas de violência, com estados como Acre, Alagoas e Ceará se destacando. O relatório destaca que a violência relacionada a facções é um dos principais fatores contribuindo para o alto número de homicídios, especialmente nas áreas urbanas, onde as disputas territoriais entre facções resultam em um número significativo de mortes.

No ano seguinte, 2022, houve uma ligeira queda no número de homicídios, totalizando 59.652, com uma taxa de 27,6 mortes por 100 mil habitantes. A juventude, particularmente a faixa etária de 15 a 24 anos, ainda representou uma parcela significativa dos homicídios, com 20% do total. As regiões Norte e Nordeste mantiveram-se como as mais violentas, com destaque para Amazonas, Pernambuco e Bahia. O Atlas observa que as facções continuam a exercer um impacto devastador, com um aumento nas mortes violentas nas regiões onde essas organizações têm forte presença. A violência relacionada a facções é uma das principais causas de homicídios, especialmente em grandes centros urbanos e áreas periféricas.

Em 2023, os homicídios reduziram-se para 57.012, resultando em uma taxa de 26,4 mortes por 100 mil habitantes. A faixa etária de 15 a 24 anos continuou a ser a mais afetada, representando 19% dos homicídios. As regiões Norte e Nordeste novamente lideraram as taxas de violência, com estados como Pará, Piauí e Maranhão em destaque. O Atlas reforça que a violência continua a ser um problema grave, com muitas mortes atribuídas a disputas entre facções. A presença dessas organizações criminosas é um dos fatores que contribuem para a alta taxa de homicídios no país.

Esses dados indicam que, apesar de uma leve tendência de queda no número de homicídios, a violência permanece um problema grave no Brasil, afetando principalmente a juventude e concentrando-se majoritariamente nas regiões Norte e Nordeste do país. Sublinham a necessidade urgente de políticas públicas eficazes para combater a violência relacionada a facções e proteger a população, especialmente nas áreas mais afetadas do Brasil. Em Marinho (2022) constatou-se que os conflitos territoriais nas periferias de Fortaleza influenciam o acesso aos serviços públicos e oportunidades, dependendo da localização e do controle de facções, ressaltando que a escola é um espaço de poder e que

os gestores desempenham um papel crucial na busca por alternativas pedagógicas para enfrentar as desigualdades.

Os ataques de violência extrema em escolas analisados neste estudo são caracterizados por sua intencionalidade e planejamento, com o uso de armas e motivados por sentimentos de ódio e/ou vingança. Esses ataques são cometidos por estudantes ou ex-estudantes e têm ocorrido no Brasil desde o primeiro registro em 2001 até outubro de 2023. A pesquisa visa traçar um panorama desses ataques, explorar os fatores que contribuem para sua ocorrência e fazer recomendações para políticas públicas no Brasil. Acreditamos que a educação é essencial para a transformação social e que as escolas devem ser locais seguros e acolhedores. O estudo mostra solidariedade às vítimas e espera melhorar a compreensão do fenômeno para prevenir novos ataques.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2023 foi especialmente marcado por muitos ataques em escolas, resultando em várias vítimas e impactando significativamente famílias e comunidades escolares. Estudos indicam que esses episódios envolvem contextos complexos e não possuem soluções simples a curto prazo. Desde o primeiro ataque em 2001 na Bahia, foram registrados 36 episódios, cometidos por 39 jovens, resultando em 40 mortes e 102 feridos. A maioria dos ataques ocorreu em escolas públicas, com um número significativo entre 2022 e 2023. Os autores eram predominantemente jovens do sexo masculino, com isolamento social, e mostravam afinidade com a violência e as armas. As armas de fogo foram as mais usadas, aumentando a letalidade dos ataques. As causas incluem o ecossistema de fomento à violência, influência de jogos violentos e comunidades mórbidas online, e problemas socioeconômicos exacerbados pela pandemia de COVID-19. O estudo destaca a necessidade urgente de políticas eficazes para enfrentar e prevenir tais atos de violência nas escolas.

Os dados sobre a violência nas escolas brasileiras são alarmantes. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, um em cada três ataques violentos ocorreu em 2023, com sete casos registrados até outubro. De 2002 a 2022, foram pelo menos 16 ataques. O bullying é destacado como um dos principais problemas, com 37,6% dos diretores relatando sua ocorrência, conforme a Prova Brasil de 2021. Casos de abuso sexual também são preocupantes, com seis em cada dez vítimas sendo crianças de 0 a 13 anos em 2022.

O aumento da violência social reflete-se nos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2023, com 74.539 episódios de atentado à vida nas escolas até 2021.

Esses dados mostram a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes para garantir a segurança nas escolas. A promoção da cultura do cuidado, acolhimento e fortalecimento dos valores democráticos nas escolas é crucial para prevenir ataques violentos. É necessário implementar políticas públicas de convivência democrática e cidadã, com ações coordenadas e recursos adequados para a formação contínua dos profissionais de educação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Violência escolar – o bê-á-bá da intolerância e da discriminação. 2003.

ALVES, Luciana; BATISTA, Antônio Augusto Gomes; RIBEIRO, Vanda Mendes; ÉRNICA, Maurício. Seleção velada em escolas públicas: práticas, processos e princípios geradores. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 137-152, jan./mar. 2015.

ANDRADE, Sylvania Suely Caribé de Araújo; YOKOTA, Renata Tiene de Carvalho; SÁ, Naíza Nayla Bandeira de; SILVA, Marta Maria Alves da; ARAÚJO, Wildo Navegantes de; MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; MALTA, Deborah Carvalho. Relação entre violência física, consumo de álcool e outras drogas e bullying entre adolescentes escolares brasileiros. *Cad. Saúde Pública*. 2012; 28: p. 1725-36.

BACCHETTO, João Galvão. Construindo um indicador sobre ocorrência de violência nas escolas no Saeb. – Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024.

BASTOS, Luiza Meira. A Relação entre Violência e expectativas escolares nas Escolas Estaduais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Confluências. Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*. Vol. 20, nº 1, 2018. pp. 77-104.

COUTO, André Augusto Anjos; SOARES, José Francisco A violência na análise do contexto das escolas públicas: evidências da rede estadual de ensino de Minas Gerais. *Rev. bras. segur. Pública*, São Paulo v. 12, n. 2, p. 188-209, ago/set 2018.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

FERREIRA, Victor Barcelos; TEIXEIRA, Evandro Camargos. O impacto da distorção idade-série sobre a criminalidade nos municípios de Minas Gerais. *Rev. bras. segur. Pública*. São Paulo v. 12, n. 2, p. 188-209, ago/set 2018.

IPEA. FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas de Violência 2018; 2019; 2020; 2021; 2022 e 2023. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo; 2018; 2019; 2020; 2021; 2022 e 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia/>.

MARINHO, Iasmin da Costa. Escolas sitiadas: gestão das desigualdades em territórios periféricos da cidade de Fortaleza (CE). 2022. 357 f. Tese (Doutorado). - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

NASCIMENTO, Alcione Melo Trindade do; MENEZES, Jaileila de Araújo. Intimidações na adolescência: expressões da violência entre pares na cultura escolar. *Psicologia & Sociedade*; 25(1): 142-151, 2013.

NASCIMENTO, João Bosco Brito do. A violência na sociedade e na educação em Marx e Engels. Tese (Doutorado). – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza, 2019.

- NOGUEIRA, Rosana Maria César del Pichia de Araújo. Escola e violência: análise de dissertações e teses sobre o tema na área de Educação, no período de 1990 a 2000. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- NOVELLA, Rafael et. al. Millennials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar? BID: 2018.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela et al. Análise das desigualdades intraescolares no Brasil. São Paulo: Pesquisas Fundação Victor Civita: Fundação Itaú Social, 2013. Disponível em: <http://www.fvc.org.br/estudosepesquisas/2012/pdf/relatorio-final-analise-desigualdades-intraescolares-brasil.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.
- OLIVEIRA, Valéria Cristina de; XAVIER, Flávia Pereira. Violência em contexto escolar e escola em contexto violento – Parte II. Rev. bras. segur. Pública. São Paulo v. 13, n. 2, p. 102-105 ago/set 2019.
- PRÖGLHÖF, Patrícia de Oliveira Nogueira. Violência nas escolas e políticas públicas: um estudo sobre a formulação do Sistema de Proteção Escolar e Cidadania. 169 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2015.
- ROSA, Samanda Silva da; FRANÇA, Tulio Aniceto Marco; FRIO, Gustavo Saraiva. Fatores associados ao atraso escolar: uma análise sob a ótica da violência. Rev. Bras. Segur. Pública. São Paulo v. 12, n. 2, p. 188-209, ago/set 2018.
- RUOTTI, Caren; MASSA, Viviane Coutinho; PERES, Maria Fernanda Tourinho. Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 15, p. 377-389, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Na oficina do sociólogo artesão. São Paulo: Cortez Editora, 2018.
- SANTOS, Jobson Maurilio Alves dos; SILVA, Rubens Lopes Pereira da; FERNANDES, Flávia Emília Cavalcante; MENEZES, Valença Tatiane Almeida de. Influência da violência dentro e fora da escola na proficiência escolar dos alunos da cidade do Recife. Rev. bras. segur. Pública. São Paulo v. 12, n. 2, p. 188-209, ago/set 2018.
- SCHABBACH, Letícia Maria. Desigualdade, pobreza e violência metropolitana. IX ENCONTRO DA ABCP. AT: Segurança pública e segurança nacional. Brasília, 2017.
- SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência. Cadernos de Pesquisa, n. 104, 1998. Fundação Carlos Chagas: São Paulo – SP.
- SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 1, jun. 2001. VIDAL, Eloisa Maia; VILLANUEVA, Concepción Fernández et al. Jóvenes violentos: causas psicosociológicas de la violencia en grupo. Barcelona: Icaria, 1998.
- VINHA, T., GARCIA, C., NUNES, C. A. A., ZAMBIANCO, D. D. P., MELO, S. G., LAHR, T. B. S., PARENTE, E. M. P. R., FOGARIN, B., & OLIVEIRA, V. H. H. Ataques de violência extrema em escolas no Brasil [livro eletrônico]: causas e caminhos. São Paulo: D3e. (1ª ed.), 2023
- ZECHI, Juliana Aparecida Matias. Violência e indisciplina em meio escolar: aspectos teórico metodológicos da produção acadêmica no período de 2000 a 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.